

INFLAÇÃO E PACTO SOCIAL

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 15.05.1979

Para o Governo o problema mais importante a ser resolvido é combater a inflação. Já para os trabalhadores está muito claro que a prioridade fundamental está na elevação dos salários e portanto em uma melhor distribuição de renda. Estes dois objetivos não são necessariamente conflitantes. Mas enquanto o governo concentra sua atenção sobre a inflação e adota a política capitalista ortodoxa de conter os salários em nome do combate à inflação, é claro que o problema social e político se agrava. Na verdade, conflitantes são os objetivos de maiores salários dos trabalhadores com os objetivos da burguesia de conservar suas altas taxas de lucro e da alta tecnoburocracia de manter seus altos ordenados.

Em face a estes objetivos conflitantes e da crescente capacidade de reivindicação dos trabalhadores ficam imediatamente claros dois fatos: primeiro, que a sociedade brasileira se encontra em impasse, que se evidencia no número crescente de greves; segundo que o governo não está podendo ou não está querendo enfrentar diretamente esse impasse ao centralizar suas atenções sobre a inflação e não sobre a distribuição de renda. Em consequência deixa-se de reconhecer que o problema da sociedade brasileira em 1979, quando um novo governo se instaura, não é o combate da inflação mas o estabelecimento de um pacto social (fenômeno distinto de uma aliança política) que inclua os trabalhadores, excluídos de qualquer participação ou influencia no poder do Estado desde 1964.

Isto não significa que a inflação não seja um problema importante. Obviamente é, especialmente na medida em que sua tendência é crescente e já alcançou o índice de 46% nos últimos 12 meses. Ainda que a sociedade brasileira já esteja habituada a inflação, ainda que a correção monetária neutralize uma parte dos malefícios ou distorções da

inflação, é claro que se a inflação continuar a crescer o sistema econômico-social brasileiro ficará ameaçado de desorganização. É compreensível, portanto, que o governo se preocupe com a inflação e que tome medidas para combatê-la. Mas não há necessidade de alarmismo em relação à inflação. Por outro lado, a tese que estamos apresentando é a de que os esforços do governo para combater a inflação será inúteis senão desastrosos caso não coloque como prioridade fundamental, a curto prazo, uma melhor distribuição de renda no país. Ou em termos um pouco mais amplos: o que estamos pretendendo afirmar é que o governo não terá condições de resolver nem o problema da inflação nem o do impasse social em que se encontra o país a partir do momento que os movimentos grevistas dos trabalhadores começaram a se multiplicar se não for capaz de estabelecer as bases de um novo pacto social no país.

Alguns representantes da burguesia e da tecnoburocracia com tendências que poderíamos chamar eufemisticamente de autoritárias pretendem que a presente onda de greves decorre da liberalização política que ocorreu no Brasil nos últimos anos e culminou com a extinção do Ato 5 e da infiltração no movimento operário da esquerda radical agora não mais representada pelo PC mas principalmente pela Convergência Socialista. Ora esta interpretação não revela apenas a mentalidade de uma minoria de extrema direita, não é apenas tola e simplista, é também essencialmente equivocada.

O surgimento e recrudescimento dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores da mesma forma que a liberalização política parcial ocorrida no Brasil decorrem ambos de um mesmo fenômeno: o colapso da aliança política estabelecida em 1964 entre a burguesia, a tecnoburocracia e o capital internacional. Quando, findo o “milagre” de 1967-73, a burguesia, especialmente a média burguesia, mas também amplos setores da alta burguesia percebeu que estava sendo tutelada por uma tecnoburocracia civil e militar cada vez mais autônoma e arbitrária em suas decisões, aquela aliança começou a desmoronar, entrou em colapso. A sociedade civil reivindicou maior liberdade política, que afinal conseguiu em parte.

É claro que, ao demandar maior liberdade política, ao exigir o retorno à democracia, a burguesia sabia muito bem que os movimentos sociais reivindicatórios recrudesceriam imediatamente. Se a burguesia foi tutelada pela ditadura, os trabalhadores foram por ela

esmagados. A ditadura era sempre orientada em benefício da alta burguesia e da alta tecnoburocracia e sempre contra os trabalhadores. Este fato foi verificado, documentado e denunciado não apenas pela esquerda radical, não apenas pela esquerda moderada ou reformista, mas pelos próprios representantes da burguesia liberal ou de centro. Os trabalhadores, que sentiram na própria carne a discriminação que sofreram, receberam essas informações, organizaram-se ou vem-se organizando e começaram a reivindicar. E é óbvio que o papel das minorias radicais nesse processo é marginal. Pensar de outra forma é subestimar os trabalhadores e superestimar a força de esquerda para tentar justificar nova onda de repressão.

Como os trabalhadores verificaram que foram prejudicados a partir de 1964, a burguesia também se inteirou do fato. Por isso ela não está surpresa com as greves. Ela inclusive foi alertada pela direita autoritária em 1977 e 1978. Mas acertadamente seus líderes mais representativos não se demonstraram excessivamente preocupados com o problema, na medida em que percebiam que os problemas que na certa surgiriam poderiam ser resolvidos através da formulação de uma nova aliança política ou pelo menos de um novo pacto social em que os trabalhadores teriam um lugar.

Estava e está claro para todos duas coisas: primeiro, que o regime ditatorial era insustentável; se não fosse modificado ao nível da classe dominante acabaria entrando em crise de forma muito mais incontrolável. Segundo, que a concentração de renda havia alcançado níveis insuportáveis, exigindo medidas imediatas para reduzir os desníveis econômicos decorrentes. Quando os 50% mais pobres da população recebem 13,4% da renda monetária, enquanto os 5% mais ricos recebem 37,9% dessa mesma renda, conforme revelam dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE de 1976, ou quando os 49,2% mais pobres entre os funcionários públicos estaduais de São Paulo recebem 21% do total pago aos servidores, enquanto os 4,5% mais ricos recebem 22,5% do total, conforme pesquisa realizada por Eduardo Matarazzo Suplicy, baseado em dados da PRODESP, Companhia de Dados de São Paulo (Folha de S. Paulo, 3 de maio de 1978), é claro que medidas objetivas devem ser tomadas.

Para a formulação de um novo pacto social, entretanto, são necessários dois ingredientes fundamentais: em primeiro lugar é preciso saber quem será obrigado a transferir uma

parte de sua renda para os trabalhadores; segundo é preciso que um governo considerado legítimo para os participantes do pacto lidere o processo. Ora, nem uma nem outra dessas duas condições foram até agora adequadamente equacionadas pela burguesia.

Qualquer pacto social hoje no Brasil deverá incluir os trabalhadores organizados. E implicará em aumento da taxa de salários, em um primeiro momento acima da taxa de aumento da produtividade do último ano. É que os trabalhadores e pequenos funcionários estão hoje exigindo. É claro que esse aumento é ainda muito menor do que o aumento de produtividade nos últimos anos, mas basta que o aumento seja superior a taxa de produtividade do último ano para que de duas uma: ou se transfere renda de algum setor da economia para os assalariados, ou aumenta a taxa de inflação.

Há três fontes mais evidentes de onde se pode transferir renda para os assalariados: a burguesia empresarial (capitalistas ativos) e o capital monopolista em particular reduzindo um pouco suas taxas de lucro; a alta tecnoburocracia, reduzindo-se seus ordenados; a burguesia rentista (capitalistas inativos) reduzindo-se seus gastos e aluguéis. Entre esses três grupos é claro que o último deverá ser especialmente visado. A especulação financeira e os altos juros, a especulação imobiliária e os altos aluguéis são obviamente os setores da economia que permitem maiores restrições. Os altos ordenados também deverão ser atingidos com vigor. Já em relação à taxa de lucro dos capitalistas ativos é preciso agir com mais cautela, caso contrario poderá haver uma forte queda nos investimentos privados e crise econômica. Não há dúvidas, porém, que as taxas de lucro das empresas continuam excessivamente elevadas, podendo ser reduzidas sem que isto desestimize a acumulação de capital. Esta será um pouco afetada, já que os fundos próprios disponíveis reduzir-se-ão. Mas não será uma redução da taxa de lucro média das grandes empresas brasileiras, a qual deve estar próxima de 20% sobre o patrimônio líquido, para cerca de dois terços deste nível que desestimulará os capitalistas a continuar a acumular. Poderá, isto sim, reduzir um pouco seus extraordinários níveis de consumo.

A partir do pressuposto de que para se combater a inflação é essencial que alguém seja prejudicado, não elevando seus preços na mesma medida em que outros já elevaram, e a partir de um segundo pressuposto segundo o qual desta vez não podem ser os trabalhadores que deverão pagar “a conta do combate à inflação”, é claro que as medidas

redistributivistas acima enumeradas poderão ao mesmo tempo contribuir para resolver o impasse social e reduzir a taxa inflacionária.

Mas, para que esse processo de transferência de renda possa ocorrer de forma a redistribuir-se melhor a renda e ao mesmo tempo controlar-se a inflação seria necessário que o governo assumisse o comando desse processo. Ainda que estejamos diante de um estado capitalista, fundamentalmente a serviço da burguesia e em segundo lugar da própria tecnoburocracia, esta hipótese não é teoricamente impossível. Os estados capitalistas modernos já não são meros instrumentos das classes dominantes. Suas políticas são antes o resultado das lutas de classe em que os trabalhadores organizados assumem um peso crescente.

Entretanto, dada a ilegitimidade do atual Governo, que não tem suficiente apoio nas próprias classes dominantes ainda que procure servi-las muitas vezes da forma a mais subserviente, é claro que uma deliberada ainda que cautelosa política redistributivista torna-se problemática. O ridículo reajustamento do salário mínimo, que não cobre sequer o aumento da produtividade do último ano, demonstra esse fato. Por outro lado esta política deveria ser acompanhada de um rígido controle de preços e margens dos setores oligopolistas da economia.

Sem dúvida o aumento real dos salários acima da taxa média de produtividade deste último ano não poderia ser exagerado. Caso contrário o governo não teria condições de impedir o repasse do aumento dos custos para os preços e a taxa de inflação aumentará ao invés de estabilizar-se e em seguida começar a diminuir. Além do controle administrativo dos preços, medidas complementares de caráter monetário, de redução de despesas e de aumento seletivo de impostos deveriam ser adotadas.

Para a burguesia é essencial que um novo pacto social seja estabelecido do qual os trabalhadores façam parte. Entre 1964 e 1974 este pacto não foi necessário na medida em que a burguesia e a tecnoburocracia estavam solidamente unidas seja pelo medo da subversão seja pelas oportunidades de grandes ganhos, e puderam reprimir qualquer reivindicação dos trabalhadores. Mas esse período pertence ao passado. Agora os trabalhadores têm necessariamente que serem levados em consideração. Para a burguesia

mais do que um pacto social o interessante seria uma aliança política com os trabalhadores nos moldes, por exemplo, daquela alcançada no período populista. Mas não creio que uma aliança política desse tipo seja possível. Os prejuízos para os trabalhadores seriam maiores que os benefícios, e deste fato a classe trabalhadora parece bem alertada. Mas um pacto social mais geral é essencial. Nos países capitalistas centrais as alianças entre trabalhadores e partes da burguesia ocorrem através dos governos social-democratas. Mas quando os partidos de esquerda moderada não estão no poder, o pacto social continua a existir e a manter a estabilidade econômica e política do regime.

No Brasil esse pacto foi rompido em 1964, em um momento de crise, e substituído pela pura e simples repressão. Agora é preciso restabelecê-lo de forma a resolver-se o impasse social presente. Mas se o governo insistir em colocar como problema prioritário o combate à inflação e não a redistribuição de renda, dificilmente ele terá êxito em seu objetivo menor de combater a inflação, já que não haverá quem assuma o ônus da contenção da alta de preços, e estará falhando em seu objetivo maior de estabilizar o regime. Imaginar que todos façam sacrifícios por igual, como freqüentemente ouvimos da parte dos representantes do governo, é não ser realista e não querer encarar os problemas reais que o país hoje enfrenta.(15/05)